



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia / SECADI/MEC
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

SÔNIA APARECIDA SILVA ARAUJO

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
O Despertar da Consciência Ecológica

Brasília – DF

2015



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

SÔNIA APARECIDA SILVA ARAUJO

**DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
O Despertar da Consciência Ecológica**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília
(UnB), como requisito para obtenção do
grau de Especialista em Educação em e
para os Direitos Humanos no contexto da
Diversidade Cultural.

Professor(a) Orientador(a): Professora Dra. Eloísa Pereira
Barroso- UnB

Brasília – DF

2015

Aparecida Silva Araújo, Sônia.

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O

despertar da consciência ecológica /Sônia Aparecida Silva

Araújo. – Brasília, 2015.

f.: 41p.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília,
Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador/a: professora Dra. Eloisa Pereira Barroso.

[Direitos Humanos; meio ambiente; educação ambiental]



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Sônia Aparecida Silva Araujo, intitulada **DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O despertar da consciência ecológica**, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Professora Dra. Eloísa Pereira Barroso- UnB (Presidente)

Professor mestre Clerismar Aparecido Longo/UnB (Examinador/a)

Brasília, novembro de 2015

Dedico o presente trabalho a minha família: o meu marido Joaquim e minhas filhas Nathália, Nicole e Giovana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização do trabalho aos discentes da turma do 5º ano, principalmente o aluno Kellviling que se interessou pelo tema, o Educador Ambiental Shevam, minha tutora professora Telma que me orientou no decorrer dos estudos e por fim minha orientadora Eloisa Pereira Barroso.

"Ser humano, Terra e natureza se pertencem mutuamente. Por isso é possível forjar um caminho de convivência pacífica. É o desafio da educação".

Leonardo Boff

RESUMO

A preservação do meio ambiente é um tema que perpassa os temas transversais e é uma das esferas dos Direitos Humanos, diante dessa constatação a pesquisa em tela propõe uma reflexão no sentido de despertar a consciência ecológica na comunidade escolar através de um projeto interventivo, especificamente com os alunos do 5º ano. A preocupação foi estimular a mudança de atitudes e a formação de novos hábitos em relação a reutilização dos recursos naturais e o descarte correto dos resíduos produzidos. Enfim, o objetivo desse estudo é favorecer a reflexão sobre a responsabilidade, ética da sociedade como um todo no que se refere ao descarte do lixo, pois acredita-se, que a reflexão sobre essa questão auxilia para que possamos usufruir um ambiente sustentável e limpo. Diante do estudo houve a necessidade de traçar observar e analisar fatos e situações de todos os tipos de lixo do ponto de vista ambiental, de modo crítico, pois entendeu-se necessário propiciar a construção de um ambiente em que as questões ambientais, especificamente a dos resíduos, sejam debatidas de modo a conscientizar o aluno para a necessidade de pensar no problema do lixo, nas formas de coleta e destino e na reciclagem. Assim selecionar os materiais que são coletados seletivamente pode incentivar os alunos a produzirem materiais educativos. Para a efetivação do trabalho utilizou-se métodos e técnicas, por isso os instrumentos utilizados foram observação não participante e questionário de entrevista, os dados coletados receberam tratamento qualitativo e foram percorridos e analisados a luz do tema escolhido. A preocupação com o meio ambiente é de suma importância para a dinâmica de descarte e coleta dos resíduos produzidos durante o funcionamento da escola.

Palavras-chave: 1 Direitos Humanos; 2 Meio Ambiente ; 3 Educação Ambiental

RESUME

Preserving the environment is a theme that runs through the cross-cutting themes and is one of the spheres of human rights, on this evidence the search screen proposes a reflection in order to arouse environmental awareness in the school community through an interventionist project, specifically with students of the 5th year. The concern was to encourage change in attitudes and the formation of new habits regarding the reuse of natural resources and the proper disposal of the waste produced. Anyway, the aim of this study is to encourage reflection on the responsibility, ethics of society as a whole with regard to waste disposal, as it is believed that the reflection on this issue helps so we can enjoy a sustainable and clean environment . Before the study was necessary to draw observe and analyze facts and situations of all kinds of waste from an environmental point of view, critically, because it was considered necessary to foster the construction of an environment where environmental issues, specifically the waste, are debated in order to educate students on the need to think about the garbage problem in the forms collection and destination and recycling. So selecting the materials that are collected can selectively encourage students to produce educational materials. For ensuring the work we used methods and techniques, so the instruments were not participant observation and interview questionnaire collected data received qualitative treatment and were discorridos and analyzed in light of the chosen theme. Concern for the environment is of paramount importance to the disposal of dynamic and collects the waste produced during the school run.

Keywords: 1 Human Rights; 2 Environment; 3 environmental education

LISTA DE SIGLAS

APROMAC- Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte

BR- Rodovia federal

Bsb- Brasília

DF – Distrito Federal

IBAMA- instituto brasileiro de meio ambiente

KM – quilometro

MEC - Ministério da Educação

PCNS- Parametros Curriculares Nacionais

PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PROETI- Projeto de Educação Integral em Tempo Integral

SD – Sem Data

SEE/DF – Secretaria de Educação do Distrito Federal

SINPRO- Sindicato dos Professores do Distrito Federal

TV- Televisão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Organização da instituição.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Capítulo I Educação e Educação Ambiental no âmbito escolar.....	16
2.2 Capítulo II Educação em Direitos Humanos para a Educação Ambiental ...	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	28
3.1 Capítulo III A Promoção da Educação Ambiental no Ambiente Escolar.....	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais torna-se imprescindível que a educação trabalhe de forma interdisciplinar. Nessa esteira interdisciplinar surge a questão da educação ambiental no espaço escolar.

Há que se entender que a educação ambiental é bem mais ampla que a simples atividade de ensinar e selecionar resíduos. Por isso a temática a qual esta pesquisa se debruçará relaciona-se com a perspectiva dos direitos humanos como pertinente à educação ambiental e também uma forma de despertar a consciência ecológica.

Na esteira dessa temática, Junior (2005) apresenta princípios relevantes, em sua concepção a educação ambiental, para este autor ela não é neutra e nem trabalha de maneira isolada, mas com enfoque ideológico, segundo ele a educação ambiental é um ato político, ela deve envolver uma holística focada na relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. A educação ambiental deve gerar a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida e atender as necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe social.(JUNIOR, 2005).

Vê-se que os problemas ambientais são urgentes e emergem quantitativamente a cada ano, como descreve os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) a solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da ação e relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.

Acredita-se que a escola ao abordar o tema meio ambiente permite aos alunos conhecer e valorizar o meio em que vivem, no intuito de aprender a cuidar dos recursos naturais e com isso promover o tão falado desenvolvimento sustentável para todos. Além disso, a educação ambiental torna-se relevante uma vez que também faz parte de uma das esferas dos Direitos Humanos.

Experiências tem mostrado que o aprendizado focado na educação sustentável pode formar cidadãos preocupados com os problemas ambientais e com suas devidas soluções. Mas para isso, é preciso difundir a importância dos cuidados com o meio ambiente e com a sustentabilidade, principalmente na escola.

Geralmente nas aulas teóricas de Educação Ambiental os alunos são orientados como devem realizar a coleta seletiva, conhecem o tempo de decomposição dos resíduos lançados na natureza e ficam a par da importância de se preservar a natureza e como utilizar os recursos naturais e minerais de forma sustentável e responsável, porém só a teoria parece ser insuficiente é preciso que os estudantes vejam na prática o que aprendem no dia a dia na sala de aula.

O conhecimento acerca de sustentabilidade e cuidados com o Meio Ambiente na escola poderá formar cidadãos conscientes. Mas para que haja essa formação e ocorra uma mudança real e efetiva da situação é imprescindível à união de toda comunidade escolar.

Diante do exposto esta pesquisa tem como objetivo analisar como a educação ambiental é abordada no espaço escolar, mais especificamente na Escola Classe Aguilhada. Pois após observar e verificar a realidade da instituição percebeu-se certa dificuldade da mesma para descartar o lixo produzido no dia a dia.

Sabe-se que a educação para sustentabilidade e ambiental perpassa os temas transversais, e o que se vê é que a escola necessita de ações efetivas para solucionar o assunto em questão. Assim surge a seguinte questão:

- Como a educação ambiental pode se tornar uma prática mais ampla que a simples atividade de ensinar e selecionar resíduos?

Diante do enfoque para melhor conhecer o objeto de estudo a abordagem metodológica foi de suma importância, por isso o estudo fundamentou-se em uma pesquisa exploratória e descritiva os dados receberam tratamento qualitativo. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram a observação não participante e questionário.

Segundo Andrade as pesquisas exploratórias são informações obtidas através de fontes bibliográficas com a finalidade de proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, definindo objetivos ou formulando hipóteses de uma pesquisa.(ANDRADE, 2006).

Sendo assim, a pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos:

No primeiro capítulo foi realizada a leitura dos conceitos e das contribuições da educação e educação ambiental para o meio em que os alunos estão inseridos, além disso, foram abordadas as leis vigentes que regem a proteção ambiental.

O segundo capítulo versa sobre o despertar da consciência ecológica e a inserção da educação ambiental como um Direito Humano, bem como descreve o projeto interventivo e as ações realizadas pela pesquisadora no exercício da pesquisa.

Já o terceiro capítulo considerou o aprendizado e a compreensão dos alunos diante da consciência ambiental adquirida no decorrer dos estudos realizados, bem como tece uma análise a luz dos conceitos dos dados coletados com a realização do projeto interventivo e das entrevistas.

Por fim ao se trabalhar com o tema Direitos Humanos e Educação Ambiental, percebe-se ser possível a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e ou até global.

1.1 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Classe Aguilhada pertence à Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Foi criada por meio da Resolução nº 6262/98 – CD – FEDF, tendo iniciado suas atividades em 27 de abril de 1998 e credenciada pela portaria nº 098 – SEE/DF de 17/05/2000. Esta localizada na BR 251, Rodovia Bsb/Unaí, entrada no KM 35. Surgiu do anseio da comunidade com o objetivo de atender alunos que para poderem estudar tinham que deslocar cerca de 10 km até a cidade de São Sebastião, pois já residiam na zona rural pertencente a essa cidade.

A instituição está localizada em um assentamento na zona rural de São Sebastião Df, a escola possui 6 salas de aula: 1 de Educação Infantil, 1 de Primeiro Ano, 1 de Segundo Ano, 1 de Terceiro Ano, 1 de Quarto Ano, 1 de Quinto Ano. Possui ainda uma biblioteca, uma secretaria, um almoxarifado, uma cozinha, uma sala para pedagoga, uma para projeto interventivo e sala de recursos, dois banheiros para alunos, 2 para funcionários, um parquinho. A instituição conta com 13 professores sendo uma para Educação Física, 3 coordenadores pedagógicos, dois profissionais alternativos: professor de música e de jiu-jitsu, uma pedagoga e uma professora de sala de recursos um profissional para horta, uma Diretora, uma vice diretora, 2 guardas, 1 cozinheira e duas auxiliares, 2 profissionais para a limpeza. A escola trabalha com o projeto piloto (PROETI) Projeto de Educação Integral em Tempo Integral, as crianças permanecem na escola 10 por dia, é servido café da manhã, almoço, lanche, jantar, ressalta-se que o cardápio é bastante variado, com frutas, verduras e massas. Além dessa dinâmica a escola possui convênio com o Centro Olímpico na cidade de São Sebastião onde realizam atividades esportivas tais como: ginastica, futebol, voleibol, natação e dentre outras.

A comunidade escolar atendida é constituída por alunos de baixa renda, filhos de trabalhadores rurais e oleiros. Muitos residem em assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, criado há algum tempo na região e os demais em chácaras. Alguns moram perto da escola e outros bem distantes. Doze alunos residem na cidade de São Sebastião. Muitos pais ou responsáveis passam por grandes dificuldades financeiras, pois estão desempregados ou em subempregos, dependendo constantemente de doações da comunidade ou programas governamentais. Observa-se que muitos pais ou responsáveis, em sua grande maioria, não são alfabetizados, apenas assinam o nome. Outros pararam de estudar

na 4ª, 5ª, 6ª..., pois o acesso a São Sebastião fica difícil por não ter ônibus de linha do transporte público ou condições financeiras de usá-los. Diante disso, os filhos não têm acompanhamento escolar em casa, o que dificulta muito o trabalho pedagógico a ser desenvolvido.

O lazer se resume a esporádicos eventos desenvolvidos pela Associação dos Produtores Rurais e pela escola. Muitos nunca frequentaram um cinema e outros não possuem TV em suas residências, nem jornais, revistas, livros e qualquer meio de comunicação muitas vezes são manuseados na escola. Até pouco tempo atrás nem a comunidade e nem a escola possuíam sistema de telefonia fixa e acesso a internet, para comunicação só havia o telefone celular. Nem mesmo os serviços de correios e telégrafos eram ofertados. Recentemente instalou-se internet e telefone fixo. Diante de todas essas dificuldades expostas a escola se configura como um espaço importante para as trocas culturais na comunidade local.

Segundo informações citadas pela Diretora e secretária da escola, a Gestão Escolar no DF iniciou-se em 2008, com Eleições Diretas, a eleição atualmente acontece a cada três anos. Para serem eleitos os candidatos, precisam de 50 por cento dos votos dos professores e 10 por cento dos pais. A instituição possui dois conselhos o de classe e o conselho escolar “colegiado”. De acordo com a SINPRO (Sindicato dos Professores do Distrito Federal) (2015), a eleição para o conselho escolar desse ano ocorrerá nos dias 14 a 28 de maio de 2015. ¹ De acordo com a SINPRO, para ser eleito (a) os (as) candidatos (as) deverão ter a maioria dos votos simples.

Neste caso quando se tratar de eleição com duas ou mais chapas concorrentes. Quando a eleição na unidade escolar se der apenas com apenas uma chapa inscrita, esta chapa deverá obter a qualificação SIM nos dois conjuntos de segmentos: pais/estudantes e professores/servidores. É importante lembrar que as escolas que não apresentarem chapas poderão ter suas atuais direções de escola substituídas por ato do secretário de Educação, previsto na Lei 4.751/2012. (SINPRO, 2015).¹

Ocorrem também as reuniões bimestrais e semestrais com os pais ou responsáveis, para entrega de relatórios e tratar da vida acadêmica dos alunos. Observa-se, que os pais são presentes e participam da vida escolar dos filhos. A instituição é inclusiva, recebe alunos com Necessidades Especiais, e empenha em

¹ Gestão Democrática <http://www.sinprodf.org.br/gestao-democratica/>.

trabalhar com projetos interventivos como: leitura e escrita, alfabetização em matemática, dentre outros. Em relação às reuniões pedagógicas, os profissionais são orientados pelos coordenadores, nos horários de coordenação.

Com a chegada da Educação integral em tempo integral (PROEITI), surgiram algumas preocupações e demandas urgentes, tais como a necessidade de Educadores Sociais atuantes para complementar a jornada de permanência dos alunos na escola com atividades extraclases.

Outro fator refere-se à questão do descarte do lixo, é sabido que o assunto sempre é tratado em sala de aula e perpassa todas as disciplinas de forma interdisciplinar, porém a teoria parece não resolver o problema sem a prática, ambas necessitam estar lado a lado. Sabe-se que o lixo produzido sofreu aumento devido à quantidade do tempo de atendimento aos alunos, pelo fato de permanecerem mais tempo na escola, aumentou também o número de refeições e automaticamente o acúmulo e aumento do lixo. Após observações sistemáticas do problema surgiu então a preocupação: Como a educação ambiental pode se tornar uma prática mais ampla que a simples atividade de ensinar e selecionar resíduos?

Diante dessa questão torna-se de suma importância efetivar ações práticas no sentido de fazer uso da Educação Ambiental no ambiente escolar na tentativa de amenizar a problemática. De acordo com o MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO) (2007, P.15), vive-se a era das necessidades de grandes paradigmas, para a educação ambiental:²

Estamos sentindo na pele, em nosso cotidiano, uma urgente necessidade de transformações para superarmos as injustiças ambientais, a desigualdade social, a apropriação da natureza – e da própria humanidade – como objetos de exploração e consumo. Vivemos em uma cultura de risco, com efeitos que muitas vezes escapam à nossa capacidade de percepção direta, mas aumentam consideravelmente as evidências que eles podem atingir não só a vida de quem os produz, mas as de outras pessoas, espécies e até gerações. Essa crise ambiental nunca vista na história se deve à enormidade de nossos poderes humanos, pois tudo o que fazemos tem efeitos colaterais e consequências não-antecipadas, que tornam inadequadas as ferramentas éticas que herdamos do passado diante dos poderes que possuímos atualmente. Um dos mais lúcidos filósofos contemporâneos, Hans Jonas, descreveu, com uma simplicidade contundente, a crise ética de profundas incertezas em que nos achamos: “nunca houve tanto poder ligado com tão pouca orientação para seu uso. Precisamos mais de sabedoria quanto menos cremos nela”. A educação ambiental assume assim a sua parte no enfrentamento dessa crise

² Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade
<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>

radicalizando seu compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à totalidade dos habitantes de cada base territorial, de forma permanente, continuada e para todos. Uma educação que se propõe a fomentar processos continuados que possibilitem o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente.

1 Educação e Educação Ambiental no âmbito escolar

De acordo com o dicionário de língua portuguesa a palavra educação é originária do latim educere, que por sua vez está ligado a educere, verbo composto do prefixo ex (fora) + ducere (conduzir, levar), e significa, literalmente, conduzir para fora, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo. FERREIRA (2004 p.). Concorde Rossato (2002, p.86) que educar “etimologicamente provém de dois verbos de origem latina. Tanto pode provir de educere como de educare”. O autor destaca que educar seria tirar dentro para fora, desvelar o que está no interior do indivíduo (ROSSATO, 2002).

Brandão (1981) define a educação como [...] um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando de aprender. Brandão (1981, p.63): também ressalta que “a educação não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo e seu meio”.

Diante da posse dos conceitos de Educação torna-se necessário apresentar a Educação Ambiental que segundo os autores Meirelles e Santos (2005, pg.34):

[...]é uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente. Na verdade, as chamadas brincadeiras e os eventos são parte de um processo de construção de conhecimento que tem o objetivo de levar a uma mudança de atitude. O trabalho lúdico e reflexivo e dinâmico e respeita o saber anterior das pessoas envolvidas.

De acordo com Carvalho a Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social, capaz de transformar valores e atitudes, construindo novos hábitos e conhecimentos, defendendo um paradigma ético, que sensibilize e conscientize a formação da relação integrada do ser humano, da sociedade e da natureza, aspirando ao equilíbrio local e global, como forma de

melhorar a qualidade de todos os níveis de vida (CARVALHO, 2006). Dias afirma que na Rio-92, a Educação Ambiental foi definida como uma educação crítica da realidade, cujos objetivos são: fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, efetivando-se pela possibilidade de cada indivíduo ser portador de direitos e deveres e de se transformar, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida; estabelecer uma educação que seja crítica e inovadora, em dois níveis: educação formal, no do âmbito da escola e não formal fora do âmbito escolar (DIAS, 2004). Assim surge toda uma legislação que assegura a vigência da Educação Ambiental.

Segundo a Constituição Federal (1988, pg. 103), Art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo é essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999) ressalta em seu Art. 1º Entendem-se, por educação ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum e do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”¹³ (BRASIL, 2013, p.01).

O estudo traz ainda os princípios da Educação Ambiental:

- I. totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- II. interdependência entre meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

3 Lei de Educação Ambiental - "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências" - Data da legislação: 27/04/1999 - Publicação DOU, de 28/04/1999 <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>

- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as praticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- V. articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelos atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- VI. respeito a pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, social e cultural disseminando os direitos de existência e permanência e valor da multiculturalidade e pluriethnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária. ²(BRASIL, 2013 p.01).

Machado [2004?] ³ afirma que a legislação ambiental brasileira é uma das mais completas do mundo, apesar de não serem cumpridas da forma como deveriam ser, elas se resumem basicamente em 17 leis ambientais, são de extrema importância e podem assegurar a preservação do grande patrimônio ambiental existente no país.

1 – Lei da Ação Civil Pública – número 7.347 de 24/07/1985.

2 – Lei dos Agrotóxicos – número 7.802 de 10/07/1989.

3 – Lei da Área de Proteção Ambiental – número 6.902 de 27/04/1981.

4 – Lei das Atividades Nucleares – número 6.453 de 17/10/1977.

5 – Lei de Crimes Ambientais – número 9.605 de 12/02/1998.

7 – Lei da Exploração Mineral – numero 7.805 de 18/07/1989..

8 – Lei da Fauna Silvestre – número 5.197 de 03/01/1967.

9 – Lei das Florestas – número 4.771 de 15/09/1965.

10 – Lei do Gerenciamento Costeiro – número 7.661 de 16/05/1988.

11 – Lei da criação do IBAMA – número 7.735 d⁴e 22/02/1989.

12 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano – número 6.766 de 19/12/1979.

⁴ Lei de Educação Ambiental - "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências" - Data da legislação: 27/04/1999 - Publicação DOU, de 28/04/1999 <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>
As dezessete leis ambientais <[http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/.](http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/)>

- 13 – Lei Patrimônio Cultural – decreto-lei número 25 de 30/11/1937.
- 14 – Lei da Política Agrícola – número 8.171 de 17/01/1991.
- 15 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – número 6.938 de 17/01/1981.
- 16 – Lei de Recursos Hídricos – número 9.433 de 08/01/1997.
- 17 – Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição número 6.803 de 02/07/1980.

De acordo com o PCNS, (1997 p.181) de Educação Ambiental, nos anos 70, já havia grande preocupação em educar para as questões ambientais, o texto diz ainda que a expressão “Educação Ambiental” surgiu no Brasil a partir da década de 70, através de iniciativas de instituições escolares governamentais e não governamentais, com intuito de buscar a conscientização da sociedade para as questões ambientais existentes.

Pode-se observar que com os surgimentos das questões ambientais, a legislação se aperfeiçoou, e diante desse fato nasce a urgência de se educar e conscientizar a população para a demanda. Considera-se âmbito escolar como positivo para difundir a Educação Ambiental a partir da educação formal. Para (CHALITA, 2002, p. 34), A Educação Ambiental constitui-se como uma estratégia para alcançar as mudanças desejadas na educação atual. Carvalho salienta que a Educação Ambiental tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade (CARVALHO, 2006, 71).

Por outro lado Dias (2004, n.p.), aconselha que a Educação Ambiental na escola não deve ser conservacionista, ou seja, aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo Homem, mas aquela educação voltada para o meio ambiente que implica uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o estado conservacionista. Observa-se se então que a Educação Ambiental é conteúdo e aprendizado, é motivo e motivação, é parâmetro e norma. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos. E, para que o respeito e conscientização

sejam sentimentos motivadores das ações, vê-se a necessidade de que a escola mude suas regras para se fazer Educação Ambiental de uma forma mais humana (CARVALHO, 2006).

Para Gadotti (2000) a educação ambiental, também pode ser chamada de *ecoeducação*, vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico. Por acreditarmos nesses pressupostos é que vimos à necessidade de analisar como se dá abordagem da educação ambiental na escola Classe Aguilhada A partir da dificuldade da mesma para descartar o lixo produzido no dia a dia.

Enfim de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, entende-se, que a Educação Ambiental pode envolver o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, que ela possibilite a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio natural ou construído na qual as pessoas se integram.

A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental, portanto exercer uma prática de descarte eficiente do lixo produzido no âmbito da escola coaduna com esse pressuposto.

2 Educação em Direitos Humanos para a Educação Ambiental

A educação em direitos humanos tem por finalidade a promoção à educação para a mudança e a transformação social e tem como princípios:

- I- dignidade humana;
- II -igualdade de direitos;
- III- reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV-laicidade do estado;
- V-democracia na educação;
- VI-transversalidade, vivencia e globalidade; e
- VII-sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2013, p.532).

Por isso Franco, (2014) lembra ainda que os Direitos Humanos estão ligados ao valor da pessoa, sua dignidade e liberdade. Uma sociedade somente poderá existir plenamente se representar os anseios de todos os seus cidadãos e respeitar seus direitos fundamentais, incluindo o direito de ter uma vida digna. Neste contexto observa-se, que há uma preocupação da sociedade e de algumas esferas do poder público e estatal em relação à proteção e conservação dos bens ambientais existentes no país e estes são considerados fundamentais. Concorda a autora Oliveira, que esta proteção pode ser vista como um meio para se obter a efetivação dos Direitos Humanos. (OLIVEIRA, 2012) “Isto porque, com a ocorrência de danos ambientais, se tem como resultado a violação de outros direitos também considerados fundamentais, como o direito à vida, ao bem-estar, à saúde [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 80). Percebe-se, que esses direitos são, assim como a preservação do Meio Ambiente, reconhecidos internacionalmente.

Sendo assim vê-se que o direito a ter o Meio Ambiente saudável e equilibrado é um direito humano fundamental não só direcionado ao individual mas como um bem coletivo de demais grupos sociais. Ciente de que os direitos são dirigidos à proteção da coletividade, incluí neste contexto a preservação da integridade do meio ambiente, o que demonstra o desejo da sociedade uma qualidade de vida. Observa-se também que preservação do Meio Ambiente tornou-se assunto demasiadamente preocupante de diversos países, bem como o Brasil, em virtude da extensa deterioração e degradação das fontes e dos meios ecológicos naturais. Assim afirma Sarlet (2009,p. 48/49), quando fala dos direitos garantidos de 3º geração:

A nota distintiva destes direitos de 3ª geração reside basicamente na sua titularidade coletiva, muitas vezes indefinida e indeterminável, o que se revela a título de exemplo, especialmente no direito ao meio ambiente e qualidade de vida, o qual, em que pese ficar preservada a sua dimensão individual, reclama novas técnicas de garantia e proteção. SARLET (2009, p. 48/49).

Hammarström e Cenci (2012, p.825) também falam da universalização dos Direitos Humanos e ao direito ao Meio ambiente Ecologicamente sustentável e equilibrado:

Hodiernamente, os direitos humanos não podem continuar sendo vistos e analisados de forma isolada e relativa, é necessário considerar a universalização dos mesmos dentro do contexto histórico, cultural e econômico por que passa a sociedade moderna. Tal sociedade apresenta-se voltada para o consumismo e a fluidez das relações. O propósito de um olhar interdisciplinar e crítico sobre os Direitos Humanos, torna se indiscutível e necessário. A interligação entre Direitos Humanos e o Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, leva a pensar em sustentabilidade e na garantia de um desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma das preocupações de pesquisadores, governos, legisladores, inclusive no âmbito internacional.

Os autores ressaltam também que não basta somente conscientizar-se das problemáticas que abrangem os Direitos Humanos e o Meio Ambiente, mas é necessário (re)significar e mais precisamente atuar, das mais variadas formas, desde as individuais às coletivas, seja através de medidas de caráter pessoal, as quais elas perpassem pela concretização de uma Educação Ambiental voltada para a reformulação de conceitos ambientais e sustentáveis. Neste sentido, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado emerge como direito fundamental de todo ser humano, e, conseqüentemente, um direito que precisa ter em suas bases uma consciência ambiental que perpassa por uma educação ambiental voltada para uma inter-relação entre meio ambiente e direitos humanos (HAMMARSTRÖM ; CENCI, 2012, p. 829).

Diante dos direitos relacionados e enumerados acima percebe que a consciência ecológica dentro espaço escolar torna-se de extrema necessidade.

Em se tratando de educação ambiental percebe-se que o espaço escolar é apenas um dos setores onde se pode tratar do assunto em questão, haja vista ser esse espaço amplo e apropriado para a formação da consciência ecológica. Segundo o autor é necessário a formação de uma consciência ecológica, de um

planejamento transetorial da administração pública, a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais e ainda reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção quanto na aplicação do conhecimento, aqui enfatizando a questão da educação ambiental no âmbito da escola. (LEFF, 2001, p. 232).

Para ele uma inter-relação permanente da teoria com a prática, são requisitos para a formação da racionalidade ambiental e o saber ambiental, na qual devem ser construídas e ter como característica primordial incluindo o processo de reavaliar as identidades culturais:

[...] o saber ambiental surge como um processo de revalorização das identidades culturais, das práticas tradicionais e dos processos produtivos das populações urbanas, camponesas e indígenas; oferece novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade; abre um diálogo entre conhecimento e saber no encontro do tradicional com o moderno (LEFF, 2001, p. 232).

A educação ambiental pode ser definida como: Um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, despertando a consciência ecológica seja através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes ou através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania. (APROMAC, [2001?].)

A Política Nacional de Educação Ambiental define como educação, em seu art. 1º:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p. 01). Esta lei acolheu muitas ideias indicadas nas diversas conferências internacionais, o que atribuiu à educação ambiental um caráter socioambiental procedente das propostas de desenvolvimento sustentável.

O documento apresenta ainda em seu artigo 2º, a necessidade de a Educação Ambiental ser um componente essencial e permanente da educação nacional, ele necessita permanecer atualizado, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto na educação formal e não formal. (BRASIL, 1999).

Observa-se que diante das questões emergentes e novos paradigmas que tange as questões ambientais surgem novas preocupações em reformular o ensino e acrescentar nos currículos estudos para conscientizar o alunado, é o que retrata o marco legal, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, 2013:

Além das legislações e do incentivo de políticas públicas na área ambiental e educacional, a própria força da realidade, com a emergência das questões relativas ao meio ambiente, nas esferas local, nacional e internacional vem encarregando-se de tornar a Educação ambiental presente nos currículos escolares, mesmo que não formalmente incluída neles, em razão da necessidade de compreensão e de respostas aos desafios ambientais contemporâneos. (BRASIL, 2013, p.538).

A educação escolar ao perpassar todos os seus níveis, se torna um espaço em que se reessignifica e se recria a cultura herdada, reconstruí suas identidades culturais e aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do país. Diante do enfoque nesta concepção exige-se a superação do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegiando as trocas, os acolhimentos e os saberes entre todas as pessoas do meio na qual está inserido. Vê-se, a necessidade da instituição escolar estruturar-se e organizar seu currículo e realizar os trabalhos de maneira interdisciplinar perpassando a transversalidade e que seja capaz de superar a visão fragmentada do conhecimento, de maneira eficaz, e que possa ampliar seus horizontes de cada área do saber. Só assim haverá uma direção/compreensão focada para a Consciência Ambiental e o Meio Ambiente em todas as suas dimensões.

Como citado no capítulo anterior, os alunos permanecem na instituição 10 horas, possuem dois turnos, a escola está localizada em uma Colônia Agrícola, e a clientela reside em assentamentos, por isso a dificuldade para descartar os lixos produzidos, não há coletas e nem urbanização. Foi observado também que os lixos são depositados em torno das áreas verdes, debaixo das árvores. Local que deveria estar protegido e preservado.

Nessa perspectiva, o projeto interventivo foi elaborado visando o despertar dos alunos para a consciência ecológica. Aconselham as autoras que “quando se vai programar um projeto de intervenção, é fundamental estar convicto da necessidade de mudança motivado pela relevância do tema [...], e o projeto de intervenção que se pretende empreender” (Deslandes; Fialho, 2010, p.24). Portanto o projeto abastecceu-se de alguns quesitos e dentre eles os objetivos das ações que foram

observar e analisar fatos e situações de todos os tipos de lixo do ponto de vista ambiental, de modo crítico; propiciar a construção de um ambiente em que as questões ambientais, especificamente a dos resíduos, sejam debatidas; conscientizar o aluno para a necessidade de pensar no problema do lixo, nas formas de coleta, destino e na reciclagem; selecionar os materiais que são coletados e incentivar os alunos a produzirem materiais educativos (produção de textos, panfletos e murais); Sendo assim, esta seção tratará dos Direitos Humanos e Educação Ambiental bem como a Consciência Ecológica no Âmbito Escolar.

De acordo com Deslandes e Fialho (2010, p. 23), “o Projeto de Intervenção é um conjunto articulado de ações e pessoas motivadas para o alcance de um objetivo comum [...]”

As autoras revelam ainda que o projeto acontece a partir de uma justificativa provável por meios de estratégias previstas, num tempo determinado. Além disso, fazer uso de recursos limitados e sob constante supervisão. (DESLANDES; FIALHO, 2010).

Após analisar a situação do descarte do lixo da instituição foi levada a classe além das atividades interdisciplinares, atividade extraclasse que envolveu coleta e observação do ambiente onde estavam armazenados os lixos descartados.

Com auxílio de um Educador social voluntário e um Coordenador Pedagógico, foi realizada atividade extraclasse, tais como: observações, palestras, debates e seleção de materiais descartados e um passeio ecológico ao Parque Nacional de Brasília.

As atividades no âmbito da sala de aula ocorreram de maneira interdisciplinar perpassaram os Componentes Curriculares, de Matemática, Ciências, História e Geografia, Português e Artes. O público alvo foi uma turma do 5º única da instituição. Aplicou-se, produções textuais, interpretação de textos, confecção de cartazes, e atividades matemáticas que envolveram estatísticas, cálculos matemáticos, percentual, gráficos e tabelas.

Após trabalho de campo e investigação deu-se início ao projeto interventivo o Despertar da Consciência Ecológica.

O Educador Social convidado proferiu palestra e atividades educativas, a respeito da absorção dos materiais pela terra, tempo que a terra leva para decompor os materiais. Orientados Os alunos andaram pelos arredores da escola recolhendo os lixos descartados de todos os tipos: plásticos, metais papéis e orgânicos. Logo

em seguida, sugeriu-se aos alunos que separassem os materiais, os orgânicos foram levados para o ambiente de compostagem dentro da horta, os demais materiais selecionados armazenados para reciclagem. Os alunos puderam conhecer quantas vezes o material já havia sido reciclado.

De volta a classe foi aplicado aulas com debates, onde os alunos puderam debater e fazer relatos observados não só no ambiente da escola, mas onde moram suas chácaras e assentamentos. Foi solicitado que a classe fizesse uma atividade artística, desenhar o que foi visto em cartazes, logo em seguida eles foram colados na instituição, junto palavras e frases chamando a atenção dos observadores sobre o prejuízo e descarte do lixo incorretamente.

Na aula seguinte utilizou-se, dos gêneros literários para trabalhar o tema, meio ambiente. Após aplicar um questionário sobre o meio ambiente, os alunos escolheram as histórias em quadrinhos para retratar o tema abordado.

Finalizando o projeto, com o auxílio do coordenador pedagógico, foi organizado um passeio ao parque Nacional de Brasília “apelidado de água mineral”. Aos alunos foram disponibilizados, visitas a estandes, onde estavam os trabalhos de conscientização ambiental realizado pelas escolas do DF. Os guias proferiram palestras com auxílio de vídeos, além disso, fizeram debates. Logo em seguida, após um delicioso lanche e descarte correto dos lixos produzidos no momento em questão. Fomos levados à trilha ecológica, conhecemos a diversidade do cerrado, os animais existentes ali e as nascentes. Após passeio ecológico e trabalho de conscientização, os alunos foram agraciados com um delicioso almoço, em volta de uma árvore gigante e frondosa. Mais tarde fomos presenteados com uma recreação, fomos tomar banho de piscina com água natural.

Ao término do projeto foi realizada uma produção de texto, onde os alunos relataram todos os acontecimentos presenciados no parque. E novamente com o auxílio do Educador Social, foram disponibilizados por ele através de uma doação que o próprio recebeu, diversas lixeiras. Elas foram colocadas dentro de cada sala da instituição são lixeiras seletivas, uma para cada tipo de material a ser descartado. Atualmente somente o lixo dos banheiros é queimado, os materiais selecionados, estão sendo usados para diversos fins, pode se ressaltar o uso das latas grandes, medias e pequenas, outro Educador Social voluntário que trabalha como projeto Mais Educação “música” está utilizando-as para confecção de instrumentos musicais para a bandinha de música.

Diante do quadro descrito percebe-se no projeto uma preocupação com a mudança de atitudes e a formação de novos hábitos com relação a utilização dos recursos naturais e o descarte correto dos resíduos produzidos. Acreditamos que essa postura pode favorecer a reflexão sobre a responsabilidade, ética de nossa espécie e o próprio planeta como um todo, auxiliando para que a sociedade possua um ambiente sustentável.

3. A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Viu-se, com este estudo que a Educação Ambiental é também um direito adquirido e perpassa, as esferas dos Direitos Humanos, todos possuem direitos de viver em um ambiente sadio e limpo. Verificou-se também que a instituição escolar pode ser um veículo colaborador com o processo de educar-se para a sustentabilidade e consciência ecológica. De acordo com os Parâmetros Curriculares, em uma perspectiva ambiental “a estrutura da escola, a ação dos outros integrantes do espaço escolar devem contribuir na construção das condições necessárias à desejada formação mais atuante e participativa do cidadão.” (BRASIL, 1997, p.189).

Diante desse enfoque percebe-se que o professor deve incorporar e contemplar em sua metodologia de ensino/aprendizado a educação ecológica, despertar no alunado a consciência ecológica, leva-los a efetivar ações e atitudes de respeito pelo meio ambiente em seu cotidiano. Além disso, pôde ser verificado que o assunto pode ser tratado de forma ampla e maneira interdisciplinar.

Silva (2013) diz que a educação ambiental precisa ser vista de forma essencial, e sua promoção deve assumir o caráter de instrumento fundamental, considerando-se as oportunidades de transformar os aspectos éticos das relações entre a sociedade e o ambiente físico.

Como citado anteriormente os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram: observação não participante e questionário, por isso, escolheu-se dar o tratamento qualitativo. Richardson (1999) afirma que os estudos que empregam a metodologia qualitativa descrevem a complexidade de determinado problema, analisa a interação de certas variáveis, compreende e qualifica os processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

A observação não participante teve início no dia 05 de março do ano de 2015, nos turnos matutino e vespertino e teve duração de 2 horas em cada turno. A observação ocorreu durante todo o mês e prolongou-se até o início do mês seguinte. Observou-se três vezes por semana, até a obtenção das informações desejadas. Para realização da observação foi utilizado um diário de bordo que foi dividido em dois campos: um para anotações e outro de reflexões acerca do presenciado.

Durante a observação, registrou-se todo o cenário: as pessoas atuantes, objetos, organização, hierarquia, linguagem e interesses pessoais e coletivos. Observou-se, os alunos em sua respectiva sala e seus comportamentos ao descartar seus lixos como: papéis de bala, recorte de papéis e etc. Além disso, presenciou-se também a dinâmica de limpeza e descarte dos resíduos e lixos produzidos.

Diante da observação foi detectado que os materiais descartados na instituição são jogados de frente a instituição, os lixos dos banheiros e das salas de aula, sala dos professores, e direção são queimados em único local, no chão a céu aberto próximo a árvores do cerrado como: lobeira, aroeira, e vegetações rasteiras. Ressalta-se porém que o local fica a poucos metros da entrada da escola, houve dias que a fumaça adentrava pelo pátio da escola.

Os lixos das salas de aula, professores e direção havia de todos os tipos e variedades, orgânicos, plásticos, vasilhames e potes de iogurtes, caixas de leite e os papéis de recortados, como folhas a4, papel cartão, cartolina, EVA etc...

Já o lixo produzido na cozinha, restos de comida, cascas de vegetais e frutas eram colocados em grande balde para ser doado a um morador próximo da escola utilizava para alimentar seus porcos. Já os outros lixos descartados na cozinha como plásticos e embalagens, latas de metal de produtos alimentícios enlatados eram colocadas em outro cesto e eram queimados juntamente com os outros lixos citados anteriormente. Observou-se, porém, que alguns plásticos apenas encolheram, e as latas de metais perderam somente o rótulo e sua pintura permaneceram intactas.

Para aplicação do questionário foram escolhidos todos os alunos da turma, Foi entregue a cada aluno, o questionário impresso em folha A4 com 07 questões com o intuito de avaliar os conhecimentos acerca da Educação Ambiental. A este instrumento de coleta de dados, aplicar-se-á o tratamento qualitativo os resultados serão a seguir explicitados a partir das análises das respostas proferidas pelos alunos.

Quando foi perguntado aos alunos o que eles entendiam por meio ambiente os alunos disseram ser a natureza, são nossas florestas, rios, animais, plantas, todas as formas de vida, ambiente limpo, o ar que respiramos. É o lugar que não deveria ter lixo e nem sujeira.

Aluno 01= “ Meio Ambiente é a natureza, animais, flores, plantas e insetos”.

Aluno 02 = “ É um ambiente limpo, cheiroso e com animais e plantas”.

Aluno 03 = “ É um ambiente limpo que tem animais”.

Aluno 04 = “ No lugar que tem animais e árvores “.

Aluno 05 = “ Animais, natureza”.

Aluno 06 = “ Meio ambiente é importante para os animais, plantas e seres humanos”

Aluno 07= “ São os animais, as árvores e as plantas”.

Aluno 08 = “ É a natureza e as flores”.

Aluno 09= “ É cuidar da natureza e dos animais”.

Aluno 10= “ É o ar que respiramos”.

Aluno11= “ É a natureza, os animais e as plantas”.

Aluno 12= “ O meio ambiente a gente tem que cuidar das plantas e dos animais”.

Aluno 13 = “ É as nossas florestas, as matas e natureza e também as plantas e os animais”.

Aluno 14= “É um conjunto de árvores, rios, lugares da natureza que não podem ser poluídos”.

Aluno 15= “ É um lugar que não deve ter lixo e limpar o que está sujo”.

Aluno 16= “ lugar onde se preserva a natureza e os animais”.

Aluno17= “ Na minha opinião é um ambiente que esteja limpo”.

Aluno 18= “ Meio ambiente e natureza sempre tudo mais verde”.

Aluno 19= “É o cuidar da natureza e jogar lixo no lixo e não jogar lixo nos rios e nas ruas e sim na lixeira”.

É observável que os alunos possuem consciência do que é meio ambiente, percebe-se se que os discentes reconhecem a fauna e a flora como componentes do meio ambiente e ainda estabelecem críticas. Segundo as falas dos alunos o meio ambiente precisa estar limpo e livre de poluição. Portanto a PNMA (Política Nacional do Meio Ambiente) define em seu artigo 3º inciso I, da Lei 6.938/81 “que meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” (BRASIL, 1981).

Sobre a questão do descarte dos lixos, a maioria dos alunos disse que jogam na lixeira, uns disseram guardar nos bolsos até encontrar uma lixeira, a minoria disseram que jogam no chão.

Aluno 01= “ *Tenho o hábito de jogar lixo na lixeira*”.

Aluno 02= “ *Sempre que possível jogo na lixeira*”.

Aluno 03 = “ *As vezes jogo na lixeira e outras vezes no bolso*”.

Aluno 04 = “ *Sempre jogo no chão*”.

Aluno 05 = *aluno “ tenho hábito de jogar na lixeira e as vezes no bolso”*.

Aqui pode se verificar que a consciência dos alunos em relação ao descarte do lixo já estava se formando positivamente, porém, alguns ainda tinham a cultura de jogar no chão. Segundo as autoras um dos meios mais eficazes de trabalhar o tema do descarte correto dos resíduos e na escola, justifica-se por serem excelentes veículos de circulação de conhecimento e informações, uma vez que cada aluno pode atingir na comunidade, no mínimo, uma família a sua família. Vê-se, que investir em propaganda de conscientização de manejo do lixo usando as escolas como veículo e ambiente de disseminação pode ser uma ação muito eficaz e positiva. (SILVA; NOLÊTO, 2004, p. 108).

Para a maioria dos alunos a temática da educação ambiental não é algo novo:

Aluno 01 = “ *Sim estudei na escola*”.

Aluno02 = “ *Sim, é limpar o espaço, cuidar das hortas e dos jardins*”.

Aluno 03 = “ *Sim, já, é respeitar a natureza e não poluir o meio ambiente, é cada um fazer sua parte de cuidar da natureza!*”.

Aluno 04 = “ *Sim, separar o lixo e respeitar a natureza*”.

Aluno 05= “ *Sim, Educação ambiental é o que a gente faz na escola*”.

Aluno 6= “ *Sim, cuidar e reciclar*”.

Aluno 8 = “ *Sim, não jogar lixo no chão das ruas e fazer a separação do lixo*”.

Aluno 9 = “ *Sim, é separar os materiais, não jogar lixo no chão e nem maltratar as plantas*”.

Aluno 10 = “ *Sim, é praticas para melhorar o ambiente*”.

Aluno 11 = “ *È uma reciclagem limpa*”.

Aluno 12 = “ *não, mas é manter os lugares limpos*”.

Aluno 13 = “ *não, Pra mim educação ambiental é cuidar do meio ambiente*”.

Muitos disseram que já ouviram e estudaram na escola, aqui percebe-se com clareza que as escolas vem realizando trabalhos educativos de maneira interdisciplinar, como sugere os PCNS:

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno — seu meio, sua comunidade — não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são atividades como os “estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1º, VI)8 . (BRASIL, 1997. p.16).

Foi observado, entretanto que apenas a minoria disse que nunca ouviu em educação ambiental. A estes alunos foram intensificados os trabalhos pedagógicos propostos no projeto interventivo.

Quando foi colocada a reflexão acerca do zelo e cuidado do aluno e de seus colegas em relação ao espaço da escola, jardins, áreas verdes prevaleceu as seguintes respostas:

Aluno 1= “*sim*”.

Aluno 2= “*Sim, mas nem sempre*”

Aluno 3= “*Sim eu respeito e muito*”.

Aluno 4= “*Sim, eu não deixo as pessoas arrancarem as plantas*”.

Aluno 5= “*Sim eu não teria coragem de tirar uma flor do jardim*”!.

Os discentes afirmaram que havia respeito e responderam apenas com sim, poucos complementaram sua fala. Percebeu-se aqui que a consciência ambiental, embora estivesse sendo despertada, ainda é um tema que eles sentem pouca segurança para falar. Nesse momento alguns relataram nos debates que iriam melhorar prestar mais atenção e respeitar os ambientes de área verde. Nesse contexto nota-se a importância de se trabalhar a educação ambiental não só no âmbito escolar mas em todos os ambientes e esferas educacionais. De acordo a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999), em seu Art.2º:

- A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Quando foram perguntados sobre o que necessitaria ser melhorado em relação ao descarte do lixo na instituição predominou as seguintes respostas:

Aluno 01= “ Não jogar lixo no chão, jogar o lixo sempre em lixeiras certas”.

Aluno 02= “ Não sei”.

Aluno 03=“ Reciclar e separar todos os lixos”.

Aluno 04=“ Não jogar lixo no chão da sala”.

Aluno 05=“Separá-lo”

Aluno 06=“ Que tenha a seleção do lixo para serem reutilizados”.

Aluno 07=“ Não queimar o lixo”.

Aluno 08 = “Não queimar, pois pode queimar as plantas da escola!”

Aluno 09=“ todo mundo fazendo sua parte, não jogar lixo na escola, não cortar as árvores”.

Aluno 10=“ Não tocar fogo nos pinheiros daqui da escola e nem jogar lixo neles”.

Aqui se viu que a maioria disse que é preciso cuidados com a natureza, alguns disseram que é preciso realizar a limpeza do ambiente, outros afirmaram que é necessário fazer coleta seletiva (selecionar o lixo), um aluno, no entanto, disse não saber. Observa-se nesse assunto que os alunos estão cada vez mais interados e todos estão conscientes em relação aos cuidados com meio ambiente, embora não possuam ainda uma reflexão global sobre a temática, na medida em que eles percebem uma parte das ações necessárias.

Na investigação de número 6 e 7 foi perguntado se os alunos estudam ou já estudaram educação ambiental na escola, e se eles gostam quando há oficinas e trabalhos realizados para a temática, todos afirmaram com um sim, apenas alguns disseram não se lembrar.

Aluno 01 = “ Sim, ensina a reaproveitar o lixo”.

Aluno 02 =“ Sim porque é melhor!”

Aluno 03 =“ Sim por que ajuda o meio ambiente”

Aluno 04 =“ Sim, aqui na Aguilhada, antes, o lixo era queimado, até que o professor de educação ambiental nos ensinou separar o lixo. Assim, hoje, a escola Aguilhada não queima mais o lixo e sim os separa.”

Aluno 05 =“ Não, não me lembro”!.

Deve-se ressaltar nesse momento que quando os trabalhos pedagógicos são realizados de maneira prazerosa e efetiva há mais conscientização e eficácia, os alunos que não se lembram e não gostam ainda não haviam sido atingidos da maneira correta. Aconselha os PCNs, que é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola e os profissionais precisam proporem-se a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino/aprendizagem de procedimentos e práxis. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer de maneira eficaz na escola (BRASIL, 1988). Diante do enfoque foi possível verificar que a instituição escolar é uma das responsáveis pela disseminação da educação ambiental, nota-se que essa educação não pode permanecer apenas em teorias e conteúdos ineficazes, devem haver teorias/práxis, funcionalidades e atitudes conscientes, educar para e em os Direitos Humanos, com o olhar para a Educação Ambiental pode ser possível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o espaço escolar é um ambiente transformador, é um dos veículos de ensino/aprendizagem que pode promover a educação para a cidadania. Diante do estudo, viu-se, que a educação ambiental no espaço escolar torna-se necessária ao passo que toda a população possui direitos para viver em um ambiente limpo, saudável e conservado. A educação ambiental no espaço escolar pode contribuir de forma significativa, pois o aluno além de exercitar no ambiente escolar as praticas estudadas e conhecimentos adquiridos ainda as levam para suas casas e comunidade onde habitam. Neste sentido é sabido que o aluno traz em sua bagagem o saber intrínseco adquirido no seio familiar, durante socialização e conscientização o discente pode sincretizar e após aprendizado sintetiza o que aprendeu e em seguida exercitar em sua comunidade.

Pode-se observar que o lixo produzido na instituição escolar é rico e abundante, todos os dias são lançados nas lixeiras materiais que podem ser reaproveitáveis. Nas salas de aula e demais ambientes, são jogados fora papéis, plásticos, pontas de lápis, emborrachados; na cozinha joga-se latas, caixas, garrafas plásticas, papelões e restos de alimentos, além disso, há também os resíduos dos banheiros como é o caso do papel higiênico e papel toalha. Todos esses materiais normalmente são colocados em um único saco plástico, levado para debaixo de uma árvore e queimado. Percebe-se que lixo é aquilo que não se aproveita mais, neste caso esses resíduos citados acima, descartados podem ser reutilizados de forma inteligente e dinâmica. As questões do descarte do lixo é um assunto preocupante e relevante ao passo que as comunidades escolares deveriam estar educando de forma inter/pluri/multidisciplinar para as causas urgentes ambientais existentes. Acredita-se que a instituição escolar possua positivamente recursos humanos/materiais para trabalhar as questões referentes ao descarte do lixo de forma correta. É necessário conscientizar toda a comunidade escolar que o lixo (resíduos) são materiais úteis e podem ser reaproveitados em todos os ambientes/setores da escola, desde a sala de aula até a horta da escola. Verificou-se que neste contexto o simples ato de separar materiais recicláveis e reaproveitáveis podem sim ser mais amplo.

Por isso objetivou-se com este estudo despertar a consciência ecológica através da educação ambiental, principalmente dos alunos do quinto ano da Escola

Classe Aguilhada, tenho em vista que a instituição estava passando por dificuldades para descartar os lixos produzidos ao longo do seu funcionamento. Ao observar o trabalho de um educador social que tratava das questões ambientais, decidiu-se traçar metas e objetivos em relação ao aproveitamento dos materiais que se descartava. Diante disso, a finalidade do estudo e os objetivos traçados inicialmente foram todos alcançados e os questionamentos respondidos. A pesquisa foi de suma importância para a efetivação do processo educativo dos alunos e da pesquisadora, pois diante da Educação em e para os Direitos Humanos pode-se perceber, que o Meio Ambiente necessita de cuidados e o planeta é nossa casa, e todos possuem direitos de ter um ambiente saudável e limpo para viver, além de ter também deveres em manter o espaço preservado e livre de poluentes e lixos para si e demais de sua espécie. Despertar a consciência ecológica nos alunos foi possível graças às aulas teóricas de cunho pedagógico interdisciplinar, aulas estas direcionadas para as questões ambientais presentes no projeto interventivo, além disso, as atitudes e práticas realizadas, com o auxílio do educador social.

Atualmente todo o material descartado está sendo separado em diversas lixeiras que foram espalhadas em todas as salas da instituição, cada lixeira com o nome do resíduo a ser descartado. Foi possível verificar que todas as turmas e funcionários entenderam a dinâmica, ao fim do dia materiais coletados são recolhidos e guardados. Os plásticos e papéis estão sendo estocados, para confecções de murais, atividades artísticas tais como: máscaras, esculturas e etc. Os papéis são usados para recorte, colagem e rascunhos. Os orgânicos depositados em canteiros para compostagem, e os metais como latas serão confeccionados brinquedos e instrumentos musicais.

Deve-se ressaltar que o estudo se torna relevante ao passo que ele é de extrema necessidade para a sobrevivência das áreas de reservas ambientais nos arredores da escola, além disso, a pesquisa pode despertar naqueles que se interessar a dar continuidade no assunto em questão.

O tema trouxe aprendizado e novas expectativas, foi visível o gosto e desenvoltura dos alunos ao trabalharem o tema principalmente quanto aos trabalhos em grupos que envolveram o Componente Curricular de Artes e produção textual.

Por fim o estudo permitiu ainda estimular a mudança de atitudes e a formação de novos hábitos com relação à utilização dos recursos naturais e o descarte correto dos resíduos produzidos na instituição, favoreceu a reflexão sobre a

responsabilidade, ética de nossa espécie e do próprio planeta como um todo, auxiliou para que a comunidade pudesse possuir um ambiente mais sadio, sem queimadas, acúmulo e desperdício de materiais reaproveitáveis. No entanto, alguns colegas de profissão desacreditaram no processo de coleta, surgiram dúvidas se os alunos iriam compreender o processo e descartar o lixo nas lixeiras corretamente. Porém, todas as turmas compreenderam o processo de descarte. Em especial a turma do quinto ano tornou-se vigilante do procedimento referente ao trato do lixo, hoje os alunos têm orientado os menores quanto ao descarte e cuidados com os materiais e espaços verdes da escola.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a Metodologia de Trabalho Científico. 7º ed. São Paulo Atlas, 2006.

APROMAC. O que é educação ambiental? s/d. Disponível em: . Acesso em: 19 set. 2015.

BRANDÃO, C. R. O que é educação? 2 ed. São Paulo: brasiliense, 1981.

BRASIL, Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. 28 abr. 1999. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 20 set. 2015.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Meio Ambiente disponível em <
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>> acesso em 15 agosto 2015.

BRASIL. Lei 9795 de 27/04/1999 Política Nacional de Educação Ambiental. In: MEDAUAR, Odete (Org.). Coletânea de Legislação Ambiental. 6. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL, Política Nacional do Meio Ambiente. Conceitos de meio ambiente Disponível em
http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/46_10112008050406.pdf
acesso em 16 out.2015.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

CENCI, D. R. & HAMMARSTRÖN, F. F. B. Direitos Humanos e meio ambiente: a educação ambiental como forma de fortalecer a interrelação, v(5), n°5, p. 825 - 834, 2012. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental

REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170). 825 . disponível em<
<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/view/4244/2812>>
acesso em 21 set. 2015.

DIAS, Genebaldo. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FRANCO, H. C. B. Direitos humanos e o meio ambiente: a educação ambiental como direito fundamental. Disponível em <<http://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/112225772/direitos-humanos-e-o-meio-ambiente-a-educacao-ambiental-como-direito-fundamental>> acesso em 15 set.2015.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

JUNIOR, Arlindo Philippi. E PELICIONI, Maria. Educação Ambiental e Sustentabilidade. 1ª ed. Barueri-SP. Manolie, 2005.

LEFF, E. Aventuras da Epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MACHADO , P.A.L. As 17 leis ambientais. Disponível em <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/>> acesso em 20 out.2015.

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. Educação Ambiental uma Construção Participativa. 2ª ed. São Paulo, 2005.

NOLÊTO T. M. S. J. ; SILVA N. M. Reflexões sobre lixo, cidadania e consciência ecológica. disponível em<<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/geoambiente/article/view/25863/14854>>acesso em 14 out.2015.

OLIVEIRA S. P. Direitos humanos e educação ambiental: práticas de transformação social em defesa do meio ambienteDisponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/direito/article/viewFile/1201/1041>> acesso em 20 set.2015.

RICHARDSON. R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSATO, R. Etimologias e saberes In: Espaço pedagógico, Passo Fundo, RS, v.9, n. 2, p. 86-96, dez. 2002.

SARLET, I. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SILVA, H. C. de B. F. Direitos Humanos e o meio ambiente: a educação ambiental como direito fundamental. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 108, jan 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/abrebanner.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12688&revista_caderno=5>. Acesso em out 2015.